

MEMÓRIA, CIDADE E DISCURSO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MUSEU JAGUARIBANO

AUTOR: ALEX DA SILVA FARIAS*

INTRODUÇÃO

A história da cidade Aracati, remonta ao período colonial quando o então Capitão-mor Pero Coelho de Sousa, para expulsar os franceses da Ibiapaba, parte da Paraíba em dois grupos: um por terra e outro pelo mar e se encontraram às margens do rio Jaguaribe. Vendo que os indígenas não lhe eram hostis ergue um forte, em 10 de agosto de 1603 dia de São Lourenço, edificação que viabilizou tanto o fluxo de emigrantes como a fixação da população às margens do rio Jaguaribe, aumentando o comércio e a comunicação na região que centralizou-se no então povoado de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe. Durante o século XVIII a atividade portuária ascende sua produção mercantil, principalmente no período das charqueadas tanto produzindo como exportando. Em 24 de fevereiro de 1748, é elevada a Vila de Santa Cruz dos Barcos do Jaguaribe pelo Conselho Ultramarino (LIMA, 1979: 70-72) e Vila Sede em 20 de junho de 1780, somente torna-se cidade através de Lei provincial em 25 de outubro em 1842 (XAVIER, 1994).

“Aracati, como porto de mar acessível, relativamente próximo do Recife e de Salvador, tornou-se mesmo antes de ser elevada à Vila, pulmão da economia colonial da Capitania, cuja riqueza era, em maior parte, por ela transitada” (SOUZA, 1989: 67).

Aracati participa não só como maior riqueza da província, mas também como centro influente de cultura no período colonial. Importando arquitetura e conceitos inovadores nas atitudes sociais visto em algumas casas de sobrado, praças, igrejas e monumentos.

“A riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser natural de Aracati representava, na época, uma legítima carta de apresentação” (SOUZA, 1989: 69).

Localizada a 149 km de Fortaleza no litoral leste do Estado, Aracati tem grande valor histórico para o Estado, tanto pela sua influência na economia colonial como pelo estado de conservação de seu patrimônio histórico, pois preserva em sua paisagem urbana

* Universidade Estadual do Ceará – UECE/MAHIS.
Mestrando em História Social.
alexfarias@yahoo.com.br

a arquitetura de um período de desenvolvimento econômico e cultural fundamental para a construção da história do Ceará.

Portanto sua trajetória guarda toda a atmosfera de uma época da história do Ceará como demonstra sua paisagem urbana. Seu conjunto arquitetônico reflete o florescimento cultural que a cidade passava, decorrente do desenvolvimento econômico. Seu patrimônio histórico e cultural urbano se manteve preservado até nossos dias. Alguns bens no município estão sob lei de tombamento e preservação do patrimônio histórico nacional dentre eles¹ o Solar do Barão do Aracati² onde funciona atualmente o Instituto do Museu Jaguaribano. “Sociedade civil, sem caráter político-partidária, ideológica ou religiosa, com sede na cidade de Aracati, Estado do Ceará, fundado em 15 de novembro de 1968” (ESTATUTO, 1984: 6).

Servindo de sustentação legal para institucionalização do Museu Jaguaribano, que não é somente um bem histórico que serve de museu, é principalmente sujeito na luta contra atentados ao patrimônio histórico, pois é a única instituição que “tem por afinidade prescípua a preservação do patrimônio histórico e o acervo da zona Jaguaribana” (ESTATUTO, 1984: 6), agindo para preservar não somente sede³, mas diversos bens históricos e culturais da região⁴.

Em janeiro de 1965 o Clube Idealista da Comunidade Aracatiense, promoveu o VII Seminário de Ação Comunitária que ofereceu dois cursos de Organização e Desenvolvimento da Comunidade, que foram ministrados: o primeiro pela assistente social Diamantina Costa Conceição, no período de 11 a 20 de agosto de 1965; e o segundo pelo

¹ A Casa de Câmara e Cadeia, tendo como uso atual a Câmara de Aracati; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, ainda exerce a atividade de culto religioso. Ver SOUZA, Simone. CUNHA, Terezinha Helena de Alencar. VELOSO, Francisco Augusto Sales. Patrimônio Tombado — **Guia bens do Ceará Tombamento**. Secretaria da Cultura e Desporto, Ceará, 1995.

² O Historiador, Antero Pereira Filho afirma que o Solar teria em maior parte de sua existência pertencido ao Barão de Messejana, e depois em homenagem ao Dr. José Pereira da Graça Filho, o Solar do Barão de Aracati. Ver SOBRADO DO BARÃO: **Desfazendo um Equívoco**- Por Antero Pereira Filho 21 de junho de 2008. [online]. Disponível via Internet via [www. url: http://luacheia.art.br/site](http://luacheia.art.br/site), capturado em 28 de abril de 2011.

³ Tombado pelo decreto de nº 16.237, datado de 30/11/1983, no Livro de Tombo Artístico. SOUZA, Simone. CUNHA, Terezinha Helena de Alencar. VELOSO, Francisco Augusto Sales. Patrimônio Tombado — **Guia bens do Ceará Tombamento**. Secretaria da Cultura e Desporto, Ceará, 1995.

⁴ Trabalhos de preservação, restauração e manutenção nas Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, Matriz, o Pão de Santo Antônio e a Casa de Câmara e Cadeia, além dos bens e objetos históricos de seu acervo, conforme **Assembleia Geral de 10 de outubro de 1982**. Instituto do Museu Jaguaribano.

assistente social Henos Locatelli no período de 25 a 29 de julho de 1966 (Assembleia Geral, 1973). Os temas circulavam em torno da influência do povoado de São José do Porto dos Barcos no desenvolvimento da zona Jaguaribana, e da dilapidação do patrimônio histórico e do comércio ilegal deste acervo.

“Nos dias 09 e 10 de 1967 em amplos salões do Ginásio Marista, por ocasião do VII Seminário de Ação Comunitária, o grupo interessado na concretização da idéia da fundação de um museu, com aquelas patrióticas finalidades realizou exposição dos mais interessados, numa demonstração eloqüentes das reais possibilidades de instalação de um museu regional”(Assembleia Geral, 1973: 6).

Participaram: Raimundo Girão, Hélio Idelburque Carneiro Leal, Irmão Luis Facó, João José Dias de Oliveira, Padre João Cornelius Hennekan, Abelardo Costa Lima Filho, Abelardo Gurgel Costa Lima, Antônio Lúcio Porto Caminha, Alcy Barbosa Gurgel, Luiz Alreliano de Souza, Dr. Meton Barreto de Moraes, Irmã Helena Wanderley da Fonte, Irmã Maria Osmina Teófilo Bezerra, Irmã Catarina Nogueira, Irmã Luisa Vasconcelos Bezerril, Antônio Kleber Alexandre Gondim, Arnaldo José Rodrigues Praça, Sonia Dias de Oliveira, Rosália da Costa Nepomuceno, Norma Ribeiro da Silva, Francisco Nilton de Souza, Elizabeth Pitombeiras Freitas, Maria Bernadete Gurgel Felismino, Alba Barbosa Gurgel, Maria Stella Moreira de Souza. D. José Falção Freire, Francisco Eriberto de Souza e Carlos Gueiros Kramer. É nesta ocasião em que o assunto versava sobre preservação da história do Aracati e dos bens culturais da região, que se aplica a criação de um museu para tal finalidade.

Alguns membros do grupo realizaram várias pesquisas de campo nas cidades de Itaiçaba, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Fortim, Mutamba, Icapuí e Areias (Ibicuitinga), além dos povoados de Maceió, Barrinha e localidades de Chapéu e Majorlândia, Ponta Grossa e Farol também, nas mais diversos pontos da zona Jaguaribana com o intuito de conscientizar a região para a preservação através de doações para constituir acervo para o museu.

Porém percebe-se que o movimento não surtiu efeito de imediato sobre a população, ao contrário do que esperavam conforme registro de doações em inventário. Para isto tiveram que sensibilizar o SESI (Serviço Social da Indústria), que cedeu os pavimentos do Solar do Barão do Aracati e a diocese de Limoeiro do Norte que doou as

peças da secção de arte sacra que compõem o acervo do museu, segundo Relatório de novembro de 1968. O interesse dos cidadãos aumenta e surgem as primeiras doações conforme podemos observar no Relatório de 30 de setembro de 1973, ainda em 1972 o Sr. Hélio Idelburque Carneiro Leal doa a biblioteca que pertenceu a seu pai o Desembargador Cláudio Idelburque Carneiro Leal ao museu (Assembleia Geral, 1973).

Sendo então eleita a primeira diretoria do Instituto do Museu Jaguaribano em caráter provisório. Participaram da criação do museu: o advogado, Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal, o Padre João Cornélio Hennekan, o professor Antônio Lúcio Caminha, as professoras Elizabeth Pitombeiras de Freitas e Alba Barbosa Gurgel e o Senhor Antero Pereira Filho.

Seu funcionamento permanece constante até 1972 quando o SESI nega o acesso ao museu, alegando o uso do edifício para residência de seus servidores, impedindo a manutenção, resgate e recuperação do acervo, biblioteca e cômodos do Solar. Durante cinco anos o museu permaneceu fechado (O povo 18/12/1975). Uma das obrigações da chapa “Nova Fase” (Assembleia Geral, 1976), eleita para a gestão no período era o acesso ao museu, “Planos: pleitear junto a quem de direito, o livre acesso ao Solar do Barão de Aracati, prédio em que se acha instalado, aliás desde sua fundação o Museu Jaguaribano” (Assembleia Geral, 1976). Feito que o Sr. Antero Pereira Filho consegue junto a Superintendência do SESI, permitindo uso do imóvel.

“Pode-se considerar o deplorável estado em que foram encontradas as dependências do Solar do Barão de Aracati, ocupadas pelas peças e móveis do Instituto do Museu Jaguaribano e pertencentes ao arquivo, dada a situação de imundície, sujidade e desasseio de mencionado acervo do Instituto do Museu Jaguaribano e dependências daquele Solar” (Assembleia Geral, 1979).

As primeiras medidas foram o levantamento das peças, confronto com o inventário de 1973 e limpeza. Sendo necessário recuperação de algumas peças e reorganização da biblioteca e salas do museu, que retoma suas atividades em 1977.

Pela Lei Estadual Nº 9887 de 1974 e somente dez anos depois pela Lei Municipal nº. 10 de 1984, o museu foi declarado bem de utilidade pública, ou seja, é o reconhecimento como instituição filantrópica, de educação, científica, cultural e artística, que presta serviços ou benefícios e de interesse para toda a coletividade. Portanto o museu

é “formador na medida do possível pelos próprios alunos, constituírem uma forma de atividade coletiva e importante elemento para a ilustração dos alunos” (Assembleia Geral, 1973), mantendo parceria com escolas públicas e particulares (FARIAS, 2003), aproximando professores e alunos da instituição. Haja vista que o seu quadro de diretores é composto por professores da rede pública e particular da região. “Por fim debatem sobre o uso pedagógico e necessidade e importância do museu para o ensino da cidade.” (Assembleia Geral: 1973).

Do mesmo modo o museu mantém apoio a cultura e a arte, pois tem a “finalidade de reunir, para divulgar, trabalhos de artistas aracatienses e difundir as artes plásticas do município” (Assembleia Geral, 1982). Como pode ser constatado no empenho dos diretores em manter as exposições de fotografias, jornais, documentos antigos e trabalhos de artistas da região, durante o período estudado.

Em 1980 o Instituto do Museu Jaguaribano firma contrato de comodato com SESI por um período de 4 anos a contar de 15 de fevereiro de 1980, a fim de fixar sua sede e 1983 tomba o edifício (Assembleia Geral, 1985).

O interesse por este tema surgiu antes da graduação em História, “O Aracati e o Instituto do Museu Jaguaribano” (Farias, 2000), quando foi possível investigar os arquivos do museu Jaguaribano e observar os documentos referentes à sua formação. Naquele momento, após análise das fontes perceber-se que as atividades e posicionamentos evidenciavam “O uso do Museu como Patrimônio Cultural no ensino de História” (Farias, 2005), ao final da pós-graduação em Metodologia do Ensino de História. O Instituto do Museu Jaguaribano que nasceu do interesse de um grupo de aracatienses envolvidos no resgate do patrimônio histórico da cidade, é o objeto de estudo deste artigo, que propõe pensar suas atividades para além de seus sistemas museais e de sua luta pela preservação dos bens histórico e culturais do município.

A história do Museu Jaguaribano foi desenvolvida a partir da narrativa das fontes escritas oficiais constituídas pelos próprios atores sociais. Estes documentos são fonte de pesquisa, pois relatam as atividades dos dirigentes, que nos são dadas a ler nas assembleias do período de 1965 a 1985. É preciso refletir a trajetória histórica do Instituto do Museu Jaguaribano a partir do discurso dos atores sociais na construção de uma instituição de

perpetuação da história local. Sua história formada pela memória do grupo que busca definir e consolidar sua trajetória num determinado momento da história da instituição. Portanto é necessário entender os interesses, influências e interferência de sua trajetória como instituição.

Partindo destas premissas e do levantamento e a análise da produção historiográfica no recorte temporal proposto, investigo os seguintes questionamentos, surgidos em torno do objeto privilegiado na pesquisa. Qual o interesse dos atores sociais em criar museu na cidade? Qual a análise do discurso dos atores sociais em preservar o patrimônio histórico da cidade? Qual a interpretação memória pelos atores sociais? Como é percebida a importância do museu pela cidade? Tais indagações ajudam a melhor compreender a influência do pensamento dos atores sociais na construção ou produção de valores e práticas sociais em um determinado contexto social.

Diante do exposto o objetivo é identificar, analisar e compreender o processo de construção histórica do Instituto do Museu Jaguaribano a partir do discurso dos sujeitos sociais no período de 1965 a 1985 na cidade de Aracati. Deste modo identifico os sujeitos sociais como membros de uma elite cultural composta por professores, advogado, sacerdote, comerciante, em sua maioria natural do município, responsáveis pela criação do Instituto do Museu Jaguaribano, que observo no discurso do processo de sua construção histórica, através das assembleias de 1965 a 1973. Analiso a preocupação deste grupo com os bens históricos da região através da institucionalização do museu Jaguaribano no sentido de usa-lo como veículo para preservar a história da cidade. Isto é percebido durante suas atividades: educativa, culturais, artísticas, homenagens, exposições e publicações que discuto através das atas das reuniões e relatórios. Procuro compreender o lugar de memória no discurso dos fundadores do Museu Jaguaribano, onde investigo o enquadramento da memória na história local estabelecida pelos atores sociais, de acordo com a indicação das fontes.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E DISCURSO

A aceleração da história leva o mundo contemporâneo a repensar o conceito de memória, proporcionando uma releitura sobre nossa interpretação e compreensão do passado. “A necessidade de memória é a necessidade de história”(NORA, 1981:14-15).

A história é um processo, uma construção que se refaz constantemente através do nosso entendimento do passado, ou seja, é uma lógica que montamos e interpretamos com as amostras escolhidas que pode ou não incluir o que as pessoas pensam a respeito (GOFF: 2008:25).

Porém memória não é história, mas, um fenômeno construído socialmente; é seletiva e articulada no momento em que é estruturada. Ela reforça o sentimento de pertencimento e cria referencia ao passado mantendo a coesão dos grupos e instituições. Expressa se através de documentos vinculados à escrita formal que nos dá forma como memória social⁵ ou coletiva⁶, baseando suas representações nestes grupos. “A memória de uma sociedade é negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições” (HUYSEEN, 2000: 68). Ela possui espaços chamados de lugares de memória⁷ que determinam o que é comum e diferente entre os grupos materializando-se em instituições de preservação. Percebesse grande influencia da memória sobre a escrita da história, pois manifesta a vontade política de indivíduos e grupos, representando os interesses de determinados segmentos sociais.

“As referencias ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (POLLAK, 1989: 3-15).

Estas abordagens teóricas possibilitam uma reflexão crítica sobre a realidade dos museus de cidade⁸ relacionando-o com o tecido social urbano no intuito de despertar a tomada de consciência do processo histórico das cidades.

⁵ O conceito de memória social está em movimento e expressa valores podendo ser: transdisciplinar, é ético e político, é uma construção processual e não se reduz a apenas a representação. Ver GONDAR, Jo. Quadro proposições sobre a memória social. In: **o que é memória social?** Rio do Janeiro: Contra-capa livraria/Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

⁶ A memória coletiva é a lembrança dos indivíduos sob uma ordem de percepção baseada nas representações das relações sociais, e que também reflete a cultura escrita como prática de memória. Ver HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Ed. Centauro, 2006.

⁷ São lugares onde a memória é exercida, estruturada, hierarquizada, preservada e produzida, podendo ser lugares físicos ou não como: documentos, arquivos, monumentos e a oralidade. Ver NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares, in: **Projeto Historia. Nº. 10**. São Paulo: PUC, 1981.

⁸ Os museus de cidade são instituições urbanas, nostálgicas, imutáveis, míticas e de restrita leitura das contradições históricas, que permitem uma discussão sobre as intencionalidades na construção e perpetuação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia pensada para realização deste artigo adveio do manuseio das fontes primárias, que após diálogo e confronto, indicaram a análise historiográfica exercida. O levantamento dos documentos promoveu a delimitação do objeto de estudo e o recorte temporal e espacial estudado. Roteiro de pesquisa para a investigação baseia-se na análise do discurso das fontes apresentadas.

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder” (GOFF, 2008).

Sigo esta orientação para identificar e organizar a pesquisa bibliográfica disponível nos arquivos do Museu Jaguaribano onde se encontram as Assembleias de 1965 a 1985, cujo recorte inicia durante a reunião do Clube Idealista da Comunidade Aracatiense em 1965 se estendendo até 1985 quando é efetivamente tombado. Nestas Assembleias estão disponíveis: balanços financeiros, técnicos e administrativos, atas das reuniões de 13 de outubro de 1973, 09 de outubro de 1976; 15 de outubro de 1979; 19 de outubro de 1982 e de 06 de outubro de 1985 que determinaram a composição dos grupos e como se alternavam; as convocações para as chapas; a diretoria e demais membros no exercício de suas gestões.

Analiso também os Estatutos de 1964 e 1984, bem como as atividades museais, pedagógicas, as exposições de fotografias, jornais e documentos antigos do Aracati e região do Jaguaribe, homenagens e publicações.

Como dito na introdução deste artigo o Instituto do Museu Jaguaribano nasceu do interesse de um grupo de sujeitos sociais que desenvolveu uma narrativa a partir das fontes escritas constituídos pelos próprios atores sociais. Definiram assim um enquadramento da memória (POLLAK, 1989: 3-15), consolidando a trajetória da instituição e restringindo a interpretação dos documentos. O museu Jaguaribano é museu de cidade, portanto permite uma discussão sobre as intencionalidades na construção da memória urbana.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973. Instituto do Museu Jaguaribano.

da história local. Ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O Museu de cidade e a consciência de cidade. In: **Museu e Cidade**. Livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003.

Assembleia Geral de 09 de outubro de 1976. Instituto do Museu Jaguaribano.

Assembleia Geral de 10 de outubro de 1982. Instituto do Museu Jaguaribano.

Assembleia Geral de 15 de outubro de 1979. Instituto do Museu Jaguaribano.

Assembleia Geral de 06 de outubro de 1985. Instituto do Museu Jaguaribano.

ESTATUTO. **Instituto do Museu Jaguaribano.** Imprensa Oficial do Ceará. 198.

FARIAS, Alex da Silva. **O Aracati e o Instituto do Museu Jaguaribano.** Monografia de defesa graduação. Universidade Estadual do Ceará. 2000. Fortaleza- CE

FARIAS, Alex da Silva. **O uso do Museu como Patrimônio Cultural no ensino de História.** Monografia de defesa de pós-graduação. Universidade Estadual do Ceará. Monografia de julho de 2003. Fortaleza- CE.

GONDAR, Jo. Quadro proposições sobre a memória social. In: **o que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra-capa livraria/Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GOFF, Jacques Le. **História e memória.** Unicamp. Campinas, 2008.

HUYSEEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: memória arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro. Aeroplano, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Ed. Centauro, 2006

LIMA, Abelardo Costa. **Terra Aracatiense.** Aracati: Biblioteca de História do Ceará – I. 2º edição. 1979.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O Museu de cidade e a consciência de cidade. In: **Museu e Cidade.** Livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003.

“Museu de Aracati, fechado há um ano.” **Jornal O povo** 18/12/1975. Fortaleza. Ceará.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares,** in: Projeto Historia. Nº. 10. São Paulo: PUC, 1981.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** In: Estudos Históricos Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

SOUZA, Simone. **História do Ceará** – Fortaleza: UFC/ Fundação Demócrito Rocha. 1989.

SOUZA, Simone. CUNHA, Terezinha Helena de Alencar. VELOSO, Francisco Augusto Sales. Patrimônio Tombado — **Guia bens do Ceará Tombamento**. Secretaria da Cultura e Desporto, Ceará, 1995.

SOBRADO DO BARÃO: **Desfazendo um Equívoco**- Por Antero Pereira Filho 21 de junho de 2008. [online]. Disponível via Internet via www. url: <http://luacheia.art.br/site>. capturado em 28 de abril de 2011.

XAVIER, Ricardo Palhano. Filho, DORIAM Sampaio. **Município do Ceará, vol. 1.** – Fortaleza, Multigraf editora. 1994.